

mente é vendido por 1,50 dólar/libra. Desde que a média produzida por acre foi de 1.936 libras de tabaco em 1980, uma pequena plantação de tabaco pode render muito dinheiro. Entretanto, o tabaco é plantado em uma pequena extensão de terra — menos de cinco acres — da "fazenda de tabaco", tipo médio.

43 O TABACO NÃO PAGA NUMEROSOS IMPOSTOS?

A renda total de impostos pagos pelo tabaco — cerca de 9% para cigarros — é superior a seis bilhões de dólares ao ano para os governos federal, estadual e local. Não há nenhuma vantagem em dizer que é uma soma substancial de impostos.

44 SE TODO O PAÍS PARASSE DE FUMAR HAVERIA UMA CRISE ECONÔMICA?

Como toda a população não vai parar subitamente de fumar, qualquer alteração econômica seria absorvida lentamente. Quando isso acontecer, o país ganhará dinheiro. O custo total dos derivados do tabaco, 95% proveniente do cigarro, é cerca de 22 bilhões de dólares ao ano nos EUA, incluindo impostos. Mas o custo nacional do fumo é mais alto que sua renda, em termos puramente econômicos. As despesas decorrentes de incapacidade, falta ao se vício, queda de produção, doenças, mortalidade de infantil, assistência médica, incêndios causados por cigarros e mortes relacionadas e causadas pelo fumo representam pelo menos 30 bilhões de dólares ao ano nos EUA. Em outras palavras, por mais lucrativo que seja para os fazendeiros e companhias de cigarro, o fumo custa ao povo norte-americano mais do que dá — pelo menos sete a oito bilhões ao ano. É óbvio que estes cálculos financeiros não incluem a dor e o sofrimento das pessoas inválidas, as pessoas mortas ou o pesar de suas famílias.

45 QUE É HÁBITO PASSIVO DE FUMAR?

Hábito passivo de fumar é a inalação de fumaça, em ambientes enfumacados, por pessoas que não fumam. Estas pessoas inalam grande quantidade de fumaça "por tubula" — isto é, a fumaça que não vem diretamente do cigarro. A fumaça exalada pelos fumantes é filtrada por seus pulmões; a fumaça não diluída contém percentagens mais altas de alcatrão, nicotina e gases nocivos que a fumaça liberada pelo fumante.

46 É PERIGOSO O HÁBITO PASSIVO DE FUMAR?

A fumaça do tabaco, o maior poluente interno, é perigosa para pessoas com certos tipos de cardiopatias. Isso causa dificuldade respiratória e desencadeia fortes reações alérgicas em outras. Duas pesquisas científicas recentes mostram um risco maior de câncer pulmonar nas esposas não-fumantes de indivíduos que fumam cigarros. Outro estudo encontrou um pequeno risco, ou nenhum. Essa pergunta ainda não foi respondida, mas é assunto para discussão.

47 O HÁBITO PASSIVO AFETA CRIANÇAS?

Crianças em casa, onde um ou ambos os pais fumam têm uma chance duas vezes maior de ter bronquite ou pneumonia durante o primeiro ano de vida do que crianças de casas onde não existem tabagistas. Elas têm inclusive mais problemas de adenóide e amígdalas que filhos de não-fumantes.

48 FUMAR CIGARROS DE MACONHA É MAIS SEGURO QUE FUMAR CIGARRO DE TABACO?

Os cigarros de maconha possuem muito mais "alcatrão" que os cigarros de tabaco. Eles são também fuma-

dos de maneira diferente; quando inalada profundamente, a fumaça fica durante muito tempo nos pulmões, e são fumados até o fim onde a concentração de alcatrão é maior. Tudo isso sugere que fumar maconha — mesmo que a maioria dos fumantes de maconha consuma um número menor de cigarros que os fumantes de tabaco — pode ser mais cancerígeno que o tabaco.

49 MASCAR TABACO É SEGURO?

Não. Muitos estudos e experiências médicas significativas mostram uma ligação aumentada entre mascar tabaco e câncer da cavidade oral. Na Índia, onde este hábito é difundido, isto foi bastante documentado. As autoridades sanitárias estão preocupadas com a produção de tabaco norte-americano (para mascar) que aumentou em 50% entre 1971-1981. Pessoas que mascam tabaco se tornam tão viciadas em nicotina quanto os fumantes; a nicotina desta fonte, ao contrário dos cigarros, é absorvida pelas mucosas da boca. A seguir estas pessoas podem ser tentadas a mudar do tabaco sem fumaça para o fumo de cigarros, porque o organismo capta nicotina muito rapidamente quando esta é inalada na fumaça do cigarro.

50 E O RAPÉ?

Cheirar rapé também não é seguro. Habitualmente, nos EUA, o rapé é enrolado em pílula e colocado entre a gengiva e a bochecha. Muitos estudos mostram um aumento do risco de câncer da cavidade oral e da laringe, relacionada com o uso do rapé neste país. Um estudo recente, feito em mulheres que usam rapé, na Carolina do Norte, mostrou um aumento de 400% no câncer de boca e um aumento de 50 vezes do cancer de bochechas e gengivas, em comparação com as pessoas que não cheiram rapé. Tal qual os mascadores de tabaco, as pessoas que usam rapé ficam acostumadas com a nicotina e podem ser tentadas a mudar para cigarros, visando conseguir doses maiores e mais rápidas da droga. De acordo com a Sociedade Americana de Câncer: "As pessoas devem ser solicitadas, com veemência, a abandonar o uso de todos os derivados do tabaco, inclusive cheirar rapé e mascar tabaco".

1982, AMERICAN CANCER SOCIETY, INC.
"Este Manual foi possível graças a sua contribuição à American Cancer Society"
82-500M — N° 2023-LE

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO PRONUNCIANDO DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Viana.

O SR. LUIZ VIANA (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Antes de abordar a matéria que desejo aforar, ainda uma vez, desta tribuna, sobre a sucessão presidencial, quero consignar aqui uma palavra de reconhecimento, podia mesmo dizer de ecoração, pelo que ontem assistimos, durante todo o tempo do dia, na Televisão Globo, convocando os brasileiros para que contribuam, de alguma maneira, para minorar a situação aflitiva em que se encontra o Nordeste. Foi, realmente, uma iniciativa admirável, e levada a termo com a competência, com a capacidade e com o êxito que é próprio daquela televisão.

Quero, portanto, como nordestino, deixar aqui uma palavra de agradecimento por aquela iniciativa. Estou certo de que, sobretudo os meus colegas que aqui representam a sofrida Região do Nordeste, estarão comigo nesta demonstração de reconhecimento.

O Sr. Virgílio Távora — Permite um aparte, eminente-mente Senador?

O SR. LUIZ VIANNA — Com prazer.

O Sr. Virgílio Távora — Estamos certos que neste momento V. Ex^a não fala só em seu nome, não fala só em nome da representação de seu Partido, não fala só em nome daqueles que tanto sofrem na Região. V. Ex^a está, realmente, transmitindo à Casa o sentimento de todos os brasileiros. Parabenizamo-nos com V. Ex^a por tocar neste assunto, antes de entrar no mérito do discurso que hoje vai pronunciar, e que, sem fazer jogo de palavra, deve V. Ex^a prenunciar, brilhante como sempre, para dizer que mérito maior, do que mostrar o grande coração dos brasileiros, foi o de chamar a atenção da sociedade de nossa Pátria para a necessidade de se encarar com seriedade este grande problema nacional que é o problema da nossa Região.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex^a e desejo assinalar que está anunciado pela Rede Globo de Televisão que continuará uma campanha para a estruturação de medidas que sejam não apenas esse remédio passageiro das contribuições eventuais mas, realmente, remédios, de algum modo, definitivos para o problema da seca.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio desnecessário lembrar a insistência, diria até a impertinência com que desta tribuna tenho invocado, face ao grave problema da sucessão presidencial, a imperiosa necessidade de se buscar um consenso partidário, e, se possível, suprapartidário. O tempo não me tem feito mudar de rumo. Longe disso. E os fatos, tão nítidos e tão gritantes, que dia a dia se avolumam espalhando por todo o País, uma névoa de insegurança, poderia até dizer de temor ante as incertezas do amanhã, permittem-me dizer que o consenso já se transformou numa questão de bom senso.

Somente os cegos não verão os perigos que nos rondam. Basta olhar e meditar, tomar o pulso da nação para se sentir que o Brasil reclama ser o primeiro passo do momento a busca de um entendimento, de alguma forma de trégua, capaz de restabelecer a confiança e a tranquilidade, indispensáveis para retomarmos o caminho do desenvolvimento. Hoje a palavra está com os políticos — amanhã talvez não esteja. Lembro-me haver lido num pronunciamento do Presidente Castello Branco, na Escola Superior de Guerra, que uma das condições preclusas para a sobrevivência da democracia residia em ser o consenso maior do que foi dissenso. Hoje, diante do quadro que aí está, o País inquieto e inseguro do futuro, eu me pergunto se a nossa débil democracia poderá sobreviver dentro de uma casa dividida, e, mais que isso, invadida pela descrença, na qual o dissenso seja a nota dominante.

E se ainda uma vez dirijo-me aos meus ilustres pares, para reiterar conhecidos pontos de vista, é para congratular-me com o Presidente João Figueiredo pela decisão que anunciou de proceder a ampla consulta, não somente ao nosso Partido, mas também a outros ponderáveis segmentos da vida nacional, numa tentativa de encontrar, em meio à borrasca política que aí está, uma nesga de céu azul capaz de indicar algum espaço no qual possam os brasileiros se reunirem para encontrarem a maneira de conjurar os perigos tão à vista de todos.

Não sabemos, pois, é cedo para se avaliar os frutos da tentativa presidencial, se o Presidente Figueiredo fincará em chão sólido o ramo de oliveira com que acaba de acenar as esperanças de paz dos brasileiros. Até porque — e não podemos nem devemos ignorá-lo — já começaram a aparecer, a despontar aqui e ali, como negras nuvens no horizonte, os primeiros sinais de inconformidade ou mal-estar ante à gestão do Chefe do Estado. É a voz dos que cuidam mais dos próprios interesses do que do do País. Para uns não haveria porque o Chefe do Estado alçar as suas vistas e os seus ouvidos acima e além dos muros da sua cidadela partidária. Para outros — hipóte-

se na qual não creio — se trataria de estratégia barata, destinada a enganar alguns poucos bebécios da política, visto que o Presidente traria escondida na manga do pacote a carta marcada com o nome do candidato de suas preferências. É o mau hábito dos que jamais conseguem julgar os outros senão por si próprios e em tudo vêem a mentira ou o embuste. Para mim é injurioso dizer-se que o Presidente já tem o nome do candidato. Lembro-me bem, Sr. Presidente, de que nos meses finais do mandato do Presidente Castello Branco não houve dia em que de algum ponto não surgisse uma voz jurando que o Presidente não passaria o Governo a 15 de março. E isso foi dito e repetido até o último dia, por mais reiteradas e vigorosas que fossem as seguranças dadas pelo Presidente de não exceder de um dia sequer o mandato fixado pelo Congresso Nacional. Não surpreende-me, pois, que ainda prolifere no País esse hábito de imputar designio de falsidade ou de mistificação às afirmativas dos governantes de mais alto nível. Que motivos temos nós, Sr. Presidente, para empregar às palavras do Presidente João Figueiredo finalidade menos nobre e menos verdadeira? *Terá Sua Excelência, porventura, faltado à palavra desde o momento em que se tornou candidato e depois Presidente da República?* Terá preferido os atalhos da política aos caminhos do bem público? Longe disso, tudo quanto prometeu como candidato tem levado a bom termo como Presidente. Por que mudaria agora quando já deve ter as vistas voltadas para a História?

Por ser fato recente, todos certamente se lembrarão do que foi a anistia. Durante meses a Oposição agitou o Brasil, negando por todos os modos possíveis a correção da proposição governamental. Quem aqui chegasse imaginaria estarmos às vésperas da decretação da pena de morte. Na verdade para invenção dos que buscavam ludir a nobre sentimentalidade dos brasileiros. E malgrado das invenções, nós do Governo, atendendo ao projeto, à proposição e à determinação do Presidente João Figueiredo votamos a anistia, que restituíu ao Brasil, e a ele guiar, a liberdade, a quantos se encontravam processados, presos ou exilados. Acima das agressões e das injustiças foi colocado o compromisso do Presidente, e a anistia desabrochou como radiante esperança de conciliação sobre todos os brasileiros. Por que imaginamos agora que a palavra de ontem não é a palavra de hoje? Também compromisso do Presidente João Figueiredo, ao assegurar que faria do Brasil uma democracia, foi a realização de eleições livres em 15 de novembro do ano passado. Não exagero, ao dizer que lhe puseram em dúvida a palavra: o pleito não seria realizado nas condições anunciadas. A verdade, porém, é que as eleições levaram às urnas milhões de brasileiros, num admirável espetáculo de democracia e de liberdade. A Câmara dos Deputados ficou constituída com uma maioria opositorista e dez Estados elegeram para a chefia do Poder Executivo candidatos da Oposição. Ainda uma vez, e de maneira irretorquível, o Presidente Figueiredo assegurava o cumprimento do que prometeu.

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite-me V. Ex^a um aparte, eminente colega?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante — A eleição direta é a consulta geral à Nação. É a eleição ideal. Mas, na falta dela, não vejo porque, — e nisto em plena sintonia com V. Ex^a —, não vejo porque não se faça a mais ampla sondagem na opinião pública, para saber qual o nome que recebe a preferência do maior número de brasileiros. Já disse tudo, eminente colega: estou de pleno acordo com V. Ex^a. Para que o sucessor do Presidente Figueiredo tenha o respaldo, se não da totalidade, mas da grande maioria da opinião pública nacional, que se faça a mais ampla consulta interpartidária. Muito obrigado.

O Sr. Luiz Viana — Agradeço a V. Ex^a o valioso apoio à tese que tenho aqui reiteradamente defendido.

Nessas condições, tão firmes e reiteradas têm sido as declarações do Presidente João Figueiredo quanto ao zelo que põe no cumprimento da palavra empenhada, que não podemos ter qualquer vacilação ao acreditar que através de ampla consulta ao partido e à Nação será buscada uma solução que, se não representar a unanimidade — ideal certamente inatingível — representará a aspiração de expressiva maioria do PDS e de significativos setores da vida brasileira. A eleição é apenas uma operação numérica relativamente fácil. Mas, a escolha de um candidato, sobretudo numa eleição indireta, que detenha a confiança do País num momento de greve perturbada da vida política, econômica, financeira e social, é responsabilidade extraordinária. E não tenho dúvida de que, ao assumi-la, o Presidente tem a consciência de que irá falar, não apenas para o dia que passa, mas sobretudo para a História, que é inexorável nos seus julgamentos. Estou convicto de que o Presidente não decepcionará a Nação.

Quanto a mim, se ainda volto ao assunto da sucessão presidencial é para que se não diga o que se disse da cidade de Amidas: que a perdeu o silêncio. Continuarei, portanto, a falar, se necessário a clamar, tanto estou certo de que uma boa ou má escolha resultará a salvação ou a perda do nosso futuro próximo.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Humberto Lucena — Em primeiro lugar, estou ouvindo com muita atenção o discurso de V. Ex^a que, como sempre, versa matéria da maior importância na tribuna, no caso, a sucessão presidencial. No início, V. Ex^a, *en passant*, falou que era preciso que os políticos agissem, com certa rapidez, enquanto o assunto estava nas suas mãos. Não sei se aí V. Ex^a quis insinuar algum receio que está em seu espírito, de um retrocesso político institucional, em face da conturbada sucessão presidencial do General Figueiredo. Em segundo, V. Ex^a disse que diante do quadro atual impõe-se uma ampla consulta para a escolha do candidato à sucessão presidencial. Ora, nobre Senador Luiz Viana, V. Ex^a que é um democrata da melhor estirpe...

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex^a

O Sr. Humberto Lucena — ... e também um liberal, há de convir comigo. Diante da situação que aí está, sobretudo das dificuldades que surgiram dentro do próprio PDS, em relação à sucessão, porque este é o problema — não houvesse isso não se estaria falando em consulta ampla à sociedade, porque o próprio PDS o resolveria — diante disso, o mais certo, o mais viável, o mais plausível dentro de um programa realmente redemocratizante, na linha de juramento do Presidente na sua posse, é restabelecer de uma vez por todas eleições diretas para Presidente da República. Aliás, essa solução já conta, inclusive, com o apoio de setores expressivos, não só do próprio Governo como do PDS e, por que não dizer, com as simpatias das Forças Armadas que são as guardiãs do regime, no desempenho de seu papel constitucional. Por outro lado, no que tange à afirmativa de V. Ex^a, que tivemos em 1982 eleições livres, devo fazer a devida ressalva. V. Ex^a me perdoe, mas ninguém mais do que V. Ex^a sabe que as eleições de 1982 foram feitas sob o guante do casuísmo mais específico que já se conheceu no direito eleitoral brasileiro. Evidentemente, não pode ter havido liberdade numa eleição como aquela, com vinculação total de votos, com sublegendas, com proibição de coligações, com modificação prévia do colégio eleitoral, etc. Por último, quanto à anistia, eu lembraria apenas a V. Ex^a que ela não foi tão ampla quanto desejávamos, pois o nobre Deputado Célio Borja — sabe V. Ex^a que S. Ex^a é uma das expressões do PDS do Estado do Rio e, por

que não dizer, do PDS nacional — apresentou um projeto para o qual tenho recebido apelos de aprovação dos mais diversos setores da sociedade, no sentido de estender a anistia a dezenas senão centenas de brasileiros que ficaram fora de seu benefício. Com essa intervenção, eu queria apenas colocar algumas questões diante do pronunciamento de V. Ex^a que eu saúdo com respeito.

O SR. LUIZ VIANA — Desejo dizer a V. Ex^a que, em relação a alguns pontos de vista por V. Ex^a enunciados, estou de pleno acordo, inclusive quanto à eleição direta para Presidente da República. Mas, no particular, eu estarei seguindo um pouco o que já manifestou o Governador Tancredo Neves, que acha também, como eu, que para essa eleição seria impossível conseguirmos uma legislação para restabelecer a eleição direta. Diante dessa impossibilidade, que acho real — pelo menos acho verdadeira — é que tenho que analisar a eleição como sendo indireta, e não como se fosse direta, que é inteiramente diferente, como V. Ex^a bem sabe.

Quanto à anistia, V. Ex^a pode estar certo de que com o projeto do nosso antigo colega Deputado Célio Borja, realmente uma das expressões mais ilustres da vida política e jurídica do Brasil, V. Ex^a terá o meu voto para aprovação de um projeto que venha realmente ampliar, caso necessário, os casos de anistia de brasileiros ainda não beneficiados com aquela medida.

O Sr. Itamar Franco — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Luiz Viana?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Itamar Franco — V. Ex^a citou há pouco o Governador de Minas Gerais. Eu estranho essa declaração de V. Ex^a, porque durante a campanha eleitoral no Estado de Minas Gerais, campanha da qual participei buscando minha reeleição, ao lado do atual Governador, em nenhum momento ouvi S. Ex^a defender as eleições indiretas.

O SR. LUIZ VIANA — V. Ex^a quer, evidentemente, alfinetar o Governador Tancredo Neves. É um direito que V. Ex^a tem. Eu não disse que o Governador defendia a eleição indireta. O que eu disse, pelo menos o que eu li aqui na imprensa, foi que ele, considerando uma hipótese improvável ou inviável o estabelecimento de uma eleição direta para a próxima eleição, devia, como todos, raciocinar, agir, com se tratando de uma eleição indireta.

O Sr. Itamar Franco — V. Ex^a vai me permitir só complementar o meu pensamento. Primeiro, não quero alfinetar o Governador de Minas Gerais. V. Ex^a já conhece as minhas discordâncias com o Governador de Minas Gerais. Agora, o lamentável é que em Minas Gerais só se venceu porque se pregou uma campanha de oposição verdadeira, porque se levou uma mensagem opositorista. Caso contrário, o atual Governador não seria Governador. Nunca, nos nossos comícios, nas praças públicas, colocávamos uma vírgula ou um mas...

O SR. LUIZ VIANA — Evidentemente, o recado de V. Ex^a não é para mim...

O Sr. Itamar Franco — Vou terminar o meu raciocínio, mas se V. Ex^a não quiser eu paro o aparte.

O SR. LUIZ VIANA — Não, continue. Terei muito prazer.

O Sr. Itamar Franco — Senador Luiz Viana, vejo com tristeza V. Ex^a defender desta tribuna este consenso, esta consulta ampla, porque é uma consulta falsa, que sua falsa. Consulta à Nação só existe uma, e V. Ex^a, como diz o nosso Líder, e um democrata e sabe qual é. É a consulta em que o povo pode participar, em que o povo pode escolher o seu governante. Não adianta escolher-

mos este ou aquele homem para opinar, este ou aquele Governador que esquece as suas promessas de campanha. Só há um caminho, Senador. V. Ex^a usou expressões "inquietude", "borrasca", "casa dividida". Isso só será superado, Senador Luiz Viana, com eleições diretas para Presidente da República. Do contrário, sim, a casa continuará dividida, as borrascas virão e a inquietude há de permanecer na nossa alma. Tenho impressão, discordando de V. Ex^a, de que está na hora realmente de o Congresso se afirmar e permitir uma reforma constitucional que desse as eleições diretas para este País. O momento está inclusive passando.

O SR. LUIZ VIANA — Lamento não poder concordar com o meu ilustre colega, por quem tenho tão grande apreço, mas a eleição indireta é tão democrática, pode ser tão legítima quanto a eleição direta. É evidente! Nos Estados Unidos, por exemplo, as eleições são indiretas, e ninguém jamais pôs em dúvida aquele sistema democrático e que a nação americana não seja consultada no voto que dá para a eleição do seu chefe de estado.

O Sr. Itamar Franco — O processo é totalmente diferente, Senador Luiz Viana.

O SR. LUIZ VIANA — Estou apenas dizendo a V. Ex^a que, em tese ou em teoria, a eleição indireta pode ser tão legítima, tão democrática quanto a eleição direta.

O Sr. Itamar Franco — Só que a tese não cabe neste instante, no País.

O SR. LUIZ VIANA — Cabe. Temos um colégio eleitoral e V. Ex^a apenas contesta o colégio, o que é outra coisa.

O Sr. Juthay Magalhães — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Juthay Magalhães — Senador Luiz Viana, eu estava em meu gabinete quando escutei V. Ex^a iniciar o seu pronunciamento, e não podia deixar de vir a este plenário para manifestar a minha concordância com os pontos de vista que V. Ex^a vem defendendo com tanto brilhantismo da tribuna.

O SR. LUIZ VIANA — Fico grato a V. Ex^a

O Sr. Juthay Magalhães — Acredito, como V. Ex^a, que é necessário ouvirmos os diversos segmentos da sociedade brasileira, para termos uma ideia de um consenso ou até de um bom senso, e por uma questão de bom senso escolhermos um candidato que ultrapasse até os limites do nosso partido e que mereça o respeito e a confiança da sociedade brasileira, nesta hora de transição que estamos vivendo. Por isso, parabéns V. Ex^a pelo seu pronunciamento, concordando plenamente com o que tem dito nesta tribuna.

O SR. LUIZ VIANA — Realmente, a tentativa de se encontrar um candidato nas condições que V. Ex^a acaba de enunciar, é importante e será altamente benéfico para a vida brasileira.

O Sr. José Fragelli — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. José Fragelli — O meu aparte é no sentido de reiterar aquele que já foi dado pelo meu eminente Líder — aliás, a primeira questão posta por S. Ex^a — quando lembrou que V. Ex^a dissera ao iniciar o seu discurso que os políticos precisavam — e urgia — dar solução à questão da sucessão presidencial, enquanto o assunto estava nas suas mãos. O meu ilustre Líder pediu a V. Ex^a um esclarecimento, que reitero e reitero talvez, se me permite, mais do que ao Senador ao grande historiador

que é V. Ex^a, aos seus conhecimentos, à sua experiência e até ao seu instinto de historiador, para dar a devida resposta à indagação do Líder Humberto Lucena.

O SR. LUIZ VIANA — Nobre Senador José Fragelli, V. Ex^a pode estar certo de que não me faturei a dar esta resposta. Realmente eu disse que hoje a palavra está com os políticos. Amanhã poderá não estar mais conosco. Poderemos ser ultrapassados pelos acontecimentos. Estamos vendo aí os saques, a agitação social, a insatisfação social, a insatisfação geral de Norte a Sul do País, e não podemos saber o que será o dia de amanhã. Seria necessário que os políticos, acima dos partidos, se unissem em busca de uma solução que tranquilizasse o País e abrisse novas perspectivas para os brasileiros.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. LUIZ VIANA — Com prazer.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador Luiz Viana, a questão da consulta à sociedade está amplamente elucidada num livro de V. Ex^a, publicado, se não me engano, em 1937, a que deu o título de "Rui e Nabuco". Neste livro V. Ex^a traça a diferença entre os dois grandes brasileiros e diz que Rui não foi maior que Nabuco, e vice-versa, e sim que Rui, ao contrário de Nabuco, era um revolucionário, enquanto Nabuco era um conservador que acabou por deixar a ideia monarquista para aderir à República. Em nenhum ponto deste seu livro V. Ex^a defende o processo de escolha, no regime republicano, por eleições indiretas, contrariando, por conseguinte, o que se contém agora em seu pronunciamento. Em segundo lugar, quanto à sucessão de Castello, a questão está perfeitamente elucidada em outro livro de V. Ex^a — "O Governo Castello Branco", provavelmente o mais perfeito relato biográfico não apenas do ex-Presidente Castello Branco como o retrato da situação histórica que o nosso País viveu a partir de 1964. Em seu livro "O Governo Castello Branco", V. Ex^a publica um fac-símile, com a letra do próprio Marechal Castello Branco, indicando seis nomes da preferência do ilustre ex-Presidente para substituí-lo na Presidência da República, inclusive o seu Ministro do Exército, o Marechal Costa e Silva, que vem em penúltimo lugar. Quanto à alusão inicial de V. Ex^a à TV-Globo, dou parecer louvando a iniciativa dessa emissora. No entanto, o que ontem se viu pela TV-Globo nada mais foi do que o resultado do trabalho do Sr. Mário Andreazza no Nordeste, o qual levou o Nordeste àquela situação de desgraça ontem apontada aos brasileiros, e alguns que a assistiram não puderam deixar de debulhar os seus pratos em quantidade tão dolorosa e tão volumosa, como V. Ex^a enfocou no início do seu pronunciamento. Finalmente, nobre Professor, evidentemente não lembro, porque a um historiador do naipe, da dimensão, de alto coturno, como V. Ex^a, ninguém comete a ousadia de recordar fatos históricos, apenas faço ver que a ansia, depois de 64, pela primeira vez na História do nosso País, constou do Programa do PMDB registrado no Superior Tribunal Eleitoral em maio do ano de 1972. Perdoe-me V. Ex^a por tê-lo interrompido.

O SR. LUIZ VIANA — Nobre Senador Fábio Lucena, a assertiva de V. Ex^a não contradiz, em nada, o meu discurso. Quando digo que a ansia foi prometida, foi apresentada, por projeto, pelo Presidente da República, o que não significa que não estivesse na aspiração, no desejo de outros setores da vida nacional ou da vida partidária do Brasil, como é o caso do PMDB.

Quanto a V. Ex^a imputar que aquilo que vimos ontem foi consequência do trabalho, das iniciativas do Ministro Andreazza, apenas lhe digo que podemos atribuir muitas coisas ao Ministro Andreazza, mas que S. Ex^a tenha tanta força para fazer a seca, é um pouco excessivo. A seca,

infelizmente, é uma calamidade que desce sobre o Nordeste, mas não vem dos homens, vem do céu.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Virgílio Távora — Só muita paixão política poderia justamente extravasar no aparte anterior dado a V. Ex^a, que o que ouvimos foi atribuir ao resultado do trabalho de um Ministro de Estado o quadro que vimos. Nem que fosse ele super-homem, nem que tivesse todo o gênio de Atlas dentro de si condensado, alguém, por sua ação, poderia apresentar numa região um espetáculo de devastação como aquele assistido. Ao contrário, manda a justiça...

O SR. LUIZ VIANA — Aquela que tanto nos conflagra o coração quando lá estamos.

O Sr. Virgílio Távora — ... impõe a História que se diga — e, sabe V. Ex^a que na questão sucessão temos os dois raros políticos que ainda não tem aqui tomado essa paixão por um outro candidato — o Nordeste deve muitíssimo a esse Ministro que no momento foi atacado, o Ministro Andreazza.

Fomos Governador de Estado. Naquela época não lhe lançava turbidos, não lhe jogávamos incenso, mas temos de reconhecer que fui um batalhador imenso para diminuir as agruras do Nordeste. Justiça há que ser feita, mesmo que fosse ao maior inimigo que tivesse, não se pode ouvir aqui tanta injustiça dita, pode ser com forma bonita, mas com injustiça não deixa de ser.

O SR. LUIZ VIANA — É oportuna a observação de V. Ex^a

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite-me V. Ex^a?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Marcondes Gadelha — Eminente Senador Luiz Viana, corroborando o pensamento do Líder Virgílio Távora, lembro que aquilo que aconteceu ontem deveria servir de parâmetro para a avaliação da magnitude do problema social que se tem lá no Nordeste, do esforço que significa dar assistência e a sustentação a 1 milhão e meio de trabalhadores nas frentes de serviço. Ontem toda a Nação foi mobilizada, através de um sistema de comunicação que virtualmente perfeito, em comparação com os padrões mundiais pois a "Rede Globo" situa-se em 4º lugar em nível, em escala mundial, no que se refere à qualidade e alcance. Esse sistema todo mobilizou a Nação inteira, e o que conseguiu arrecadar foram 3 bilhões e pouco de cruzeiros. Se se dividir essa importância por 1 milhão e meio dos que estão apenas nas frentes de serviço, vai dar 2 mil cruzeiros para cada um. É apenas um dia na vida de um milhão e meio de nordestinos. V. Ex^a, por aí, pode aquilatar a magnitude do trabalho que o Ministro Mário Andreazza tem, durante quatro anos de seca e mais dois que estão por vir. Tenho a impressão de que, ao contrário da interpretação dada pelo eminente Senador Fábio Lucena, o resultado de ontem faz justiça ao Ministro e justifica as dificuldades que ele tem de sanar todas as dores da nossa Região.

O Sr. Fábio Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer, nobre Senador Fábio Lucena.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador, apenas me limitei a repetir palavras do Governador de Pernambuco do ano de 1974, em reunião do Conselho da SUDENE, na cidade do Recife. O Governador de Pernambuco acusava o esvaziamento da SUDENE como principal responsável pela calamidade que hoje tomou conta do Nor-

deste. E nessa época, era Ministro de Estado o Sr. Mário Andreazza, e o Governador de Pernambuco à época é o atual Presidente do Senado Federal, Senador Nilo Coelho, cujo discurso da época, se o desejarem, poderei trazer para lá amanhã, aqui desta tribuna.

O SR. LUIZ VIANA — Acredito que o Ministro Mário Andreazza, na época...

O Sr. Virgílio Távora — O Ministro em questão não era o titular da pasta do Interior, à época, seja frisado.

O SR. LUIZ VIANA — ...não era o Ministro do Interior, e nem tinha nenhuma participação no que nós todos nordestinos — e nisso eu secundo veementemente o Presidente do Senado Federal, Senador Nilo Coelho — chamamos, e acho que com muita razão, o esvaziamento da SUDENE; realmente tem ocorrido e deve ser corrigido.

Mas, continuando Sr. Presidente, eu diria que quanto a mim sou dos que antes de ter alguma preferência de ordem pessoal, se voltam para os interesses do Brasil. Podem não escolher o melhor, mas temos o dever de procurar quem possa conquistar a confiança de uma nação bafjada pela esperança. Estou certo de que assim pensa o Presidente Figueiredo, a quem pediria licença para lembrar o conselho de Salomão, ao dizer que os reis não são obrigados a amar os amigos. São, sim, obrigados a amar a Nação.

Não tenho dúvidas, pois o mesmo aconteceu com governantes que arcam com a responsabilidade de graves decisões, de já haver o Presidente Figueiredo, ao longo da sua laboriosa vida pública, observado que os maiores inimigos, os que conduzem ao erro, conforme assinalou o Padre Vieira no famoso sermão da Primeira Sexta-Feria da Quaresma, são os adúlteros: E pergunta o bravo orador sacro: "Onde vivem, ou onde estão acastelados estes inimigos dos reis? ao que ele próprio responde: É certo que não são os que lavram os campos, nem os que aram os mares, nem os que presidem as torres, nem os que pleiteiam nos tribunais, nem os que comerciam nas praças, nem mesmos todos os outros que com o trabalho de suas mãos servem à república, e só comecem de palácio as paredes e as adoram de fora. Logo se não são os que somente as vêm de fora, devem ser sem dúvida os que as frequentam de dentro..." Realmente, não fosse o Presidente Figueiredo daqueles capazes de se sobrepor à lisonja, separar o joio do trigo, e bem localizar atender aos interesses do Brasil, e certamente correríamos graves riscos em hora tão difícil, tão dura, diria mesmo tão marcada por interesses de toda sorte.

Em verdade, quando o Presidente diz que além de ouvir os seus correligionários, pretende auscultar outros setores representativos da vida nacional, ele nos dá a segurança de não trazer candidato na manga do paletó. Não se trata de um mágico desejoso de iludir uma platéia. E nós bem sabemos quanto é penoso sobrepor-se aos interesses — às ambições dos amigos. Para se ter ideia das dificuldades que lhe encherão o caminho basta ter as recentes declarações do eminente Governador Roberto Magalhães, sem favor a uma das grandes lideranças surgidas no Nordeste, e que, para se ter como capacitado para transmitir opinião segura sobre o panorama das preferências entre os convencionais de Pernambuco, considero necessário ouvir dezenas e dezenas de correligionários. É o vivo contraste com os que se jactam de imaginar serem os convencionais simples marionetes das quais puxarão os cordéis como bem entenderem. A esses eu diria apenas não se esquecerem do nosso saudoso e arguto Benedito Valadares a quem se atribui haver dito que o voto secreto é forte tentação para se fazer o contrário do que se diz.

Perdoem os ilustres colegas as digressões com que busquei tornar menos árido o difícil campo da sucessão presidencial que o Presidente Figueiredo, em boa hora, pro-

mete palmilhar para bem sentir os acidentes do terreno. Não lhe será fácil a caminhada. Mas, se a exemplo de Ulisses, fechar os ouvidos às enganosas sereias que poderão querer lhe perturbar o rumo, pode estar certo que terá prestado mais um relevante serviço ao Brasil, assegurando o lugar que lhe desejamos na História, única ambição digna de um Presidente do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está esgotado o tempo destinado ao Expediente.

O Sr. Humberto Lucena — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena, como Líder de Partido.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Sr. Presidente da República, no dia 15 de setembro corrente, baixou o Decreto nº 88.705, nos seguintes termos:

Fixa o limite a que se refere o art. 11 da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, com a redação dada pelo art. 1º do Decreto-lei nº 2.045, de 13 de julho de 1983, e

Considerando ter sido negativa a taxa de crescimento da renda por habitante, determinada segundo os resultados preliminares da variação do produto real, em 1982, decreta:

Art. 1º É fixado em 0 (zero), até 31 de dezembro de 1983, o limite a que se refere o artigo 11 da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, com a redação que lhe deu o artigo 1º do Decreto-lei nº 2.045, de 13 de julho de 1983.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de setembro de 1983; 162ª da Independência e 95ª da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Murilo Macêdo
Delfim Netto

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo, ao editar esse decreto, de uma só vez atinge três setores da sociedade.

Atinge o Poder Legislativo por que fundamenta a legalidade do ato em artigo de um Decreto-lei em vigor pelo casuismo que lhe dá validade de norma jurídica antes mesmo de ser referendado pelo Congresso Nacional. Refiro-me ao Decreto-lei nº 2.045 de 13 de julho de 1983, sobre o qual aqui discorreu, na presente sessão, com muita proficiência o nobre Senador Henrique Santillo, mais uma vez colocando a posição nítida, indistigável do PMDB e dos demais Partidos de Oposição, no sentido da pronta rejeição desse decreto pelo Congresso Nacional.

O desrespeito ao Parlamento é tão flagrante que o Governo pouco importa saber se o Decreto-lei 2.045 será ou não aprovado pelo Congresso, pois foi buscar nele o fundamento para fixar em "zero" a variação do produto real per capita ocorrido no País no ano passado.

É um ato absolutamente extravagante. Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Já havia-me referido à disposição do Governo de editar esse decreto no pronunciamento que fiz desta tribuna, no início deste semestre. As notícias dão conta de que o Vice-Presidente Aureliano Chaves se recusara a assinar esse ato. Verdadeiras ou não, o fato é que somente agora foi assinado pelo Presidente da República João Figueiredo, atendendo aos instantes apelos dos Ministros da área econômica e do Trabalho.

Aliás, neste particular, devo fazer uma menção especial ao Sr. Ministro do Trabalho, Murilo Macêdo para deplorar que S. Ex^{ta}, ao longo de poucos meses, tenha mudado, tão flagrantemente, de posição, no que tange à política salarial, pois S. Ex^{ta}, que foi um dos inspiradores da legislação de 1979, que instituiu o reajuste semestral de salário, sempre se declarou inteiramente contrário a qualquer alteração daquele diploma legal. No entanto, S. Ex^{ta}, de passo em passo, foi-se rendendo ao Sr. Ministro Delfim Netto que, afinal, é o grande vitorioso contra os interesses de milhões e milhões que são assalariados, neste País.

O Decreto nº 88.705, atinge, também, diretamente, dois outros setores da sociedade: empresários e trabalhadores.

Atinge os empresários porque os impede de recompençar a produtividade de suas empresas, por categoria, conforme a lei, através de justos aumentos concedidos aos responsáveis diretos pelos índices de produtividade, que são seus empregados. Pergunto eu: que empresários poderá, a partir de agora, exigir ou pedir mais empenho dos seus empregados, se não pode premiá-los pelo resultado do esforço dentro da empresa?

O decreto atinge, ainda, ao trabalhador que tem vedada a sua participação no resultado direto do seu trabalho. Ficou ele nivelado, por baixo, aos trabalhadores de empresas que têm baixos índices de produtividade.

Na verdade, os empregados que se esforçaram, com seu trabalho, para produzir mais, estão, por força desse decreto, pagando pelo fato de o País não ter crescido no ano passado, como se fossem eles os responsáveis por essa política econômica desastrosa nos seus rumos e cruel nos seus efeitos, por que está sempre voltada para atingir o bolso do trabalhador brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, deixo registrado aqui, como Líder do PMDB, o meu mais veemente protesto contra mais esse ato de insanidade do Governo e conclamo, mais uma vez, os meus colegas para rejeitarem o Decreto-lei nº 2.045 que, por via de consequência, tornará sem efeito legal o decreto que reduz a "zero" o índice de produtividade das empresas brasileiras.

O Sr. Mário Maia — Permite-me V. Ex^{ta} um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Com muito prazer, nobre Sr. Humberto.

O Sr. Mário Maia — Nobre Líder Humberto Lucena, entre esses absurdos que o Governo tem proposto à Nação, como o Decreto-lei nº 2.024, depois o nº 2.045, agora o Decreto nº 88.705, vê-se que há um verdadeiro caos, um verdadeiro desgoverno, horizonte turvo, com nuvens pesadas, ameaçando os céus de nosso País e tirando a direção para qualquer esperança de uma solução a contento. Veja bem, com esse Decreto nº 88.705, o Governo determina, como tem feito nestes 20 anos de ditadura, de imposição de um regime discricionário e imperial, que o Produto Interno Bruto seja igual a zero no ano de 82, no ano de 83 e no ano de 84. Paralelamente a isso, nós sabemos que o crescimento vegetativo da população brasileira está atualmente em torno de 2,49%, para uma população de 130 milhões de brasileiros. Isso significa que temos um crescimento, em números absolutos, de aproximadamente 3 milhões de brasileiros, para cada ano. Portanto, nestes 3 anos, temos um acréscimo à po-